

TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE ÉTNICA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIO TERENA DA TERRA INDÍGENA BURITI¹

VARGAS, Icléia Albuquerque de.²
MORAIS, Thiago Sabino³
WIZIACK, Suzete Rosana de Castro⁴

RESUMO: A investigação sobre percepção de ambiente e de natureza desenvolvida como um dos eixos de uma pesquisa interinstitucional sobre os povos Terena da Terra Indígena Buriti/MS tem revelado o caráter dramático das situações de degradação socioambiental que se apresentam a essa população indígena. Os problemas manifestos em seus territórios são expressões da precarização das suas condições de vida, diante de um território, ainda a ser efetivamente apropriado em luta pela posse da terra. A abordagem requer referências antropológicas, políticas, histórico-culturais e da educação ambiental. A análise se ancora na compreensão da complexidade ambiental e na forma como o território vem sendo historicamente apropriado pelos Terena, efetiva e simbolicamente, nessa região de Mato Grosso do Sul. Busca-se compreender os aspectos socioculturais da nação indígena Terena e as suas formas de organização espacial e de busca de autonomia. Os dados corroboram com o debate sobre a intrínseca relação entre territorialidade e identidade étnica dos Terena, confirmando a premência do território e da manutenção das suas condições ambientais como condição essencial para a sobrevivência das sociedades indígenas. Reafirma-se, portanto, a demarcação dos territórios indígenas como pressuposto da inclusão dessas comunidades na sociedade nacional, assim como também para a manutenção da sócio-biodiversidade da região.

Palavras-chave: Territorialidade; Ambiente; Identidade étnica Terena.

¹ Trabalho originado de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional financiada pela FUNDECT/MS.

² Departamento Geociências/CPAQ/UFMS. E-mail: icleiavargas@yahoo.com.br

³ Acadêmico do Curso de Biologia/UCDB. E-mail: sabino.t@gmail.com

⁴ Unidade Universitária de Coxim/UEMS. E-mail: suzetew@gmail.com

Introdução

Com o intuito de refletir sobre a problemática ambiental e seus desdobramentos nos territórios indígenas destacamos aspectos recorrentes ao curso da Política Nacional de Meio Ambiente e suas implicações para a questão indígena. O trabalho tem origem em pesquisa sobre percepção ambiental de indígenas Terena, desenvolvida com o apoio da Fundação de Apoio ao Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

Para incorrer nessa reflexão é essencial compreender o “meio ambiente” como um direito humano coletivo, referendado no Brasil pela Constituição Federal de 1988 e proposto como política pública desde 1981, através da Lei 6.938 que definiu as diretrizes para as ações de proteção e conservação ambiental a serem seguidas pelas propostas de desenvolvimento socioeconômico dos brasileiros.

Na época da implantação dos direitos previstos na política ambiental brasileira, os direitos indígenas, concomitantemente são debatidos e revistos no país, propiciando garantias, sobretudo, com a nova Carta Magna de 1988. Foi nesse período que ocorreu um sistemático movimento dos índios para recuperar parcelas de territórios frente aos processos de “colonização nacional”. A luta indígena se estendeu para garantir direitos culturais específicos como os que tratam da língua e da educação diferenciada. Derivaram daí as reivindicações sobre o aprender e expressar-se em suas línguas maternas e cultivar, inclusive na escola, seus valores e tradições.

Embora correlatos, durante um longo período os setores ambientais e indígenas caminharam separadamente e, só recentemente, é percebida, ainda que timidamente, a profunda relação entre os problemas e demandas ambientais e indígenas.

No que concerne ao meio ambiente há uma especificidade a destacar: o papel preponderante exercido pelos órgãos governamentais na política ambiental, muitas vezes, por demanda de organismos internacionais que propõem estratégias de manejo ambiental e ações de governos para implantar quadros legislativos e regulatórios ambientais, inclusive com a criação e fortalecimento de instituições voltadas para o meio ambiente.

Um exemplo disso pode ser observado nos relatórios das ações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja estratégia visa responder ao “crescimento econômico, à proteção ambiental e a redução da pobreza” (BID, 2007). Para responder à estratégia ambiental proposta para a América Latina, o BID considera

imprescindível a internalização da dimensão ambiental nas políticas de governo, definindo quatro prioridades setoriais: desenvolvimento social, modernização do Estado, competitividade e integração regional.

O banco aponta graves problemas ambientais na América Latina como o acesso à água limpa e salubre para o consumo humano, cuja falta representa grave ônus para a saúde e a produtividade de milhões de pessoas e comunidades, tanto em zonas rurais quanto urbanas; a poluição, sobretudo em áreas urbanas, que aumenta e traz conseqüências diretas à saúde pública; a degradação dos recursos naturais em comunidades rurais, acelerando o processo de restrição a formas alternativas de desenvolvimento local.

Os recursos do solo, das matas, da água e da biodiversidade constituem o capital necessário para sustentar o desenvolvimento econômico rural e garantir meios de vida de comunidades indígenas e demais comunidades camponesas. Outro problema diz respeito à vulnerabilidade a desastres naturais que se tornou patente com os graves impactos sociais e econômicos de fenômenos naturais recentes como secas, enchentes, deslizamentos de terra, furacões, terremotos. Somam-se a isto as ameaças ambientais globais que provocam alterações climáticas aumentando a freqüência de fenômenos meteorológicos extremos, elevando o nível dos oceanos, alterando *habitats* naturais e interferindo no suprimento de água, além de provocar estresse sobre a agricultura e riscos para a saúde humana causados por alterações de vetores de agentes infecciosos

Orientações dessa natureza vêm influenciando a política ambiental no Brasil e a implantação do sistema nacional de meio ambiente. Entretanto, os problemas ambientais continuam a preocupar, sobretudo quando suas conseqüências atingem populações em risco ou com poucas condições de reivindicações efetivas. Na verdade, o que se viu no Brasil, foram inúmeros problemas e empecilhos, muitos impostos por grupos protecionistas, de forte articulação política, como alguns que apóiam bancadas ruralistas presentes nas Assembléias Legislativas e Senado Federal. Nesse contexto, a população indígena sofre de maneira mais intensa os problemas ambientais, pois, além de encontrar-se mais vulnerável a tais situações, se depara com um tratamento assistencialista, historicamente presente na ação governamental (VARGAS, VARGAS & WIZIACK, 2009), conforme será visto a seguir.

Conservação e uso sustentado do meio ambiente e mecanismos de participação

Diante da implantação da política ambiental no Brasil é possível afirmar que as ações ligadas ao trato ambiental com a terra indígena e à melhoria das condições de vida dos grupos étnicos são demasiadamente acanhadas. Também são pequenas as ações no âmbito do território indígena no que se refere aos mecanismos de participação para o acesso às políticas de fomento à conservação e o uso sustentado do meio ambiente.

A “Convenção sobre a Diversidade Biológica” enfatiza o papel dos saberes tradicionais na preservação, conservação e o uso sustentado da diversidade biológica (MMA, 1998), indicando a necessidade de reconhecê-los, respeitá-los e mantê-los. Dessa forma, a sobrevivência dos povos indígenas e populações “tradicionais”, e a própria conservação da biodiversidade, depende da recuperação dos saberes tradicionais/locais que, aliados às tecnologias, podem garantir o etnodesenvolvimento, um caminho viável para compor os projetos ambientais.

Sociedades com subsistências baseadas na agricultura e no mundo natural, sempre se colocaram altamente dependentes das condições ambientais. Na cosmovisão indígena o meio ambiente apresenta-se como um dos fundamentos centrais. Investigando a relação dos saberes tradicionais e meio ambiente entre as sociedades indígenas, Muñoz (2003) admite o meio ambiente como parte da comunidade étnica.

A autora destaca o respeito ao mundo natural expresso pelos grupos indígenas:

O respeito à mãe-terra é expresso mediante uma atitude ante à vida, através da reza e das palavras que ‘pedem permissão’, seja para cruzar num lugar sagrado (cova ou montanha) ou no momento de cavar, ante de ‘feri-la’. O respeito à sagrada mãe-terra e aos seus frutos manifesta-se na disposição de tomar o necessário para alimentar-se, ou na reza (MUÑOZ, 2003, p. 291).

É com esse fundamento que os rituais indígenas apresentam estreita relação com os ciclos agrícolas e as manifestações da natureza (clima, estações do ano, chuva, vento, elevações ou cavidades do relevo).

Enrique Leff *et al* (2002) nos ajudam a compreender essa cosmovisão ao refletir sobre a percepção ambiental de grupos sociais e papel fundamental que ela desempenha nos sistemas cognitivos das sociedades tradicionais. Assim, é possível vislumbrar saberes sobre os fenômenos geofísicos, associados ao conhecimento de solos e condições topográficas que permitem um aproveitamento complementar do espaço ecológico, gerando estratégias de uso múltiplo e integrado dos recursos.

Os saberes indígenas (tradicionais) são fundamentais para as novas gerações desses grupos para a realização do que Leff (2001) denomina de “diálogo de saberes”.

Na concepção de Enrique Leff (2001) o diálogo de saberes implica a apropriação de conhecimentos e saberes de diferentes racionalidades culturais e identidades étnicas. Produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos em relação ao mundo.

O diálogo de saberes nasce no encontro de identidades. Com ele, o ser se diferencia em identidades coletivas que se constituem na diversidade cultural e em uma política da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza que se dá em campos conflitivos de poder onde se desenvolvem sentidos diferenciados, muitas vezes antagônicos, de projetos políticos para a construção de um futuro sustentável (LEFF, 2006).

Ocorre que a autonomia é pré-condição para a efetivação das políticas sociais, especialmente a ambiental. Na verdade as políticas - indigenista e ambiental, se fundamentam em princípios democráticos e de participação dos grupos sociais para consolidar propostas e reivindicar recursos. Todavia não é isto que de fato ocorre como veremos a seguir. Da forma como vem sendo conduzida, a política ambiental não favorece a autonomia dos povos indígenas, no sentido de que primeiramente compreendam os problemas ambientais, os superem em conjunto e na relação com a luta pela terra.

Mecanismos de participação da política ambiental brasileira e o papel das ONGs nas reivindicações indígenas

A política ambiental brasileira ancora-se, a despeito dos inúmeros problemas que presenciamos atualmente, nas formas de participação dos sujeitos na esfera pública. Scherer-Warren (2001), ao refletir sobre movimentos sociais e formas de participação na questão ambiental, destaca diferentes organizações que muitas vezes não transcendem aos interesses particulares de determinados grupos, o que comprometeria a noção por ela adotada de movimentos sociais. Sugere que essas formas sejam analisadas diante da atual conjuntura política “globalizada”. São representadas por Associações comunitárias; de Mútua-ajuda; Organizações de classe e as ONGs (que se desdobram, por exemplo, em organizações de defesa da cidadania e associações de base religiosa).

O termo ONG, criado em 1950 pelas Nações Unidas, sintetiza um conjunto variado e heterogêneo de organizações internacionais não oriundas de acordos governamentais (FERREIRA, 2001). Essa socióloga enfatiza a importância da reflexão sobre as ONGs que têm sido uma forma associativa privilegiada para a participação no âmbito do meio ambiente.

Na atualidade, em muitos casos, somente através de ONGs é possível desenvolver projetos financiados para programas de recuperação ambiental, conservação, educação ambiental, qualidade de vida, inclusive por imposição legal.

Ressalta-se que as ONGs são apontadas como um fenômeno que explicitou algumas fragilidades nas teorias sobre movimentos sociais, especialmente no que se refere ao movimento ecológico.

O fenômeno ONGs aponta para a incapacidade dos agentes políticos tradicionais para responderem de forma satisfatória ao campo político ambiental criando uma nova arena para pressionar governos, substituí-los, desenvolver pesquisas, experiências, parcerias.

Ferreira (2001) evidencia como a imprecisão do termo ONG, desde a sua criação, favoreceu e mostrou os indicativos de uma revitalização para aquilo que muitos sociólogos procuram entender como sociedade civil, ou conforme definido pela autora - sociedade civil nacional e transnacional, “sociedade civil global”.

Milhares de ONGs emergiram em todos os continentes, algumas movimentam milhões de dólares em projetos ambientais. Mais recentemente há uma proliferação das ONGs de alcance localizado, cujo público alvo preferencial é constituído por indígenas, seringueiros, assentados, ribeirinhos, sertanejos, pescadores, pequenos agricultores, artesãos, grupos de jovens.

A importância desse assunto para o debate das questões indígenas sugere uma investigação em todo o território nacional. Na pesquisa realizada na aldeia Buriti percebemos que os indígenas ao pensarem em ações no âmbito de seus territórios, mostram a necessidade, ou mesmo uma dependência das organizações e das universidades para encaminhar suas solicitações. No que se refere à compreensão do ambiente, possuem uma pequena noção da questão ambiental, mas não conseguem perceber a dimensão das potencialidades ambientais para o desenvolvimento socioeconômico de suas terras. Dessa forma, entendemos o desvelamento da percepção ambiental Terena como fundamental para se pensar a gestão ambiental de seus

territórios e reivindicar ações políticas capazes de combater efetivamente os processos de precarização vivenciados pelos grupos indígenas na atualidade.

Território, territorialidades e sustentabilidade ambiental: direitos correlatos dos povos indígenas

As lutas sociais levadas a efeito pelos indígenas, sempre estiveram associadas a reivindicações de demarcação de seus territórios, justificadas através de questões econômicas básicas e da afirmação de suas identidades.

Recorrendo a SANTOS (2003), pode-se inferir que o “território não é um suporte passivo da ação humana” [indígena], pois ao mesmo tempo em que os indígenas atuam no espaço, vão o incorporando à sua própria dinâmica.

É na configuração de um território que as condições e a qualidade de vida dos de seus habitantes se revelam. “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, 2003, p. 96).

O território – construído ou reconstruído – adquire um novo significado, já que valoriza os recursos intangíveis, em especial o “saber-fazer”, vislumbrando novas fronteiras territoriais no desenho de um pacto coletivo que permeia todo o processo.

Diante da globalização os territórios são construídos, destruídos e reconstruídos numa dinâmica que é intensificada para atender a uma demanda constante pelo “novo” e pelo “diferente”. A mobilidade, enquanto uma regra da atualidade, produz a idéia de desterritorialização, quando tudo e todos mudam de lugar.

As relações sociais produzem o território como espaço específico e, ao transformarem o espaço em território, criam limites e fronteiras num espaço de conflitualidades. No interior desse espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert (2004) denominou de multiterritorialidades.

Nessa concepção, as relações sociais produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. O território apresenta-se como arena da oposição entre o mercado e a sociedade.

O território é fruto da dimensão política de uma intencionalidade de atores (locais e extralocais), que atuando no espaço e através do espaço, procuram realizar e

impor seus projetos políticos (e econômicos), suas intenções, utilizando-se do poder sobre uma determinada área (RAFFESTIN, 1993).

Nele se encontram os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. Tanto sua existência, quanto sua destruição são determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço e se apresentam como espaço de liberdade e dominação, de expropriação e de resistência.

A maneira de os sujeitos apropriarem e fazerem usos do território, através dos significados e ressignificações atribuídos, pode ser definida como territorialidade. “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 1995, p. 20).

Construída em torno das experiências de vida dos sujeitos em cada localidade, a relação território-natureza-sociedade é inseparável e permite uma visão da própria dinâmica do espaço vivido dos habitantes de determinada localidade.

A sociedade só existe em relação com a natureza, nas diferentes acepções que a esta possam ser atribuídas. A sustentabilidade remete a relações entre sociedade e a base material de sua reprodução (território). Portanto, não se trata de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente (ACSELRAD, 2000, p. 97).

A abordagem dos conceitos de território e de territorialidade, nos remetem à discussão sobre sustentabilidade ambiental, trazendo-a para o campo das relações sociais. Os problemas ambientais são, antes de tudo, fruto das relações e/ou contradições da sociedade.

A problemática ambiental e a precarização das condições de vida em território Terena

Quando observamos a problemática ambiental no computo da questão indígena, os problemas se avolumam diante das contradições a que foram submetidos os povos indígenas.

Em artigo anterior enfatizamos a existência de documentos que registram como os Terena reivindicam a legalização de seus territórios na região do Buriti – Terra Indígena Buriti, município de Dois Irmãos do Buriti, MS - junto ao governo brasileiro,

desde 1897. Os Terena permaneceram nas terras de Buriti convivendo com protestos de fazendeiros que passaram a questionar incessantemente a ocupação do território pelos indígenas, alegando tratar-se de ocupação ilegal. As pressões a que foram submetidos provocaram a *desterritorialização* dos Terena naquela área.

A Terra Indígena de Buriti formou-se quando alguns índios da etnia Terena, alojados nas encostas da Serra de Maracaju, protegendo-se dos combates da Guerra do Paraguai, decidiram se instalar na localidade. Alguns grupos retornaram para os territórios que ocupavam anteriormente na região de Miranda, outros permaneceram na área que hoje constitui da Terra Indígena Buriti. Esses índios permaneceram na região cultivando roças e criando gado bovino, cavalos e porcos.

Os protestos por parte dos índios em busca do reconhecimento e demarcação de suas terras atravessaram os séculos XIX, XX e se estendem neste século XXI. Recentemente, com o anúncio de novas demarcações de terras indígenas em Mato Grosso do Sul, as reivindicações dos índios Terena ganham novas dimensões.

Todavia, a demanda dos Terena não envolve apenas o(s) território(s), mas as territorialidades perdidas que incorporam a dimensão política, as relações econômicas e culturais. A territorialidade está ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como se organizam no espaço e como significam e ressignificam os lugares. (HAESBAERT, 2005). A territorialidade Terena, portanto, está diretamente ligada ao “saber-fazer” desse grupo étnico, ou seja, ao modo como os Terena se relacionam entre si, com outras sociedades e com o território que habitam e mantém relações de sustentabilidade.

A perda de território vivenciada pelos índios Terena de Mato Grosso do Sul contribuiu efetivamente para os desequilíbrios dos sistemas de auto-sustentação de seus ambientes. Verificamos nas aldeias, a redução e degradação dos recursos naturais que tradicionalmente foram utilizados por esses povos em suas práticas e manifestações. Problemas de degradação ambiental como o assoreamento de córregos e rios, aumento dos resíduos sólidos, empobrecimento do solo agricultável e precárias condições sanitárias são percebidos facilmente nos territórios das aldeias Terena,

Assim, a exigüidade territorial dos Terena e as situações de degradação socioambiental mostram a importância de tratar a problemática ambiental nos territórios indígenas, a iniciar pela compreensão das relações sociedade-natureza que se estabelecem nesse espaço e nos diferentes territórios.

No entendimento dessa questão, especial atenção deve ser dada a uma pedagogia ambiental que contribua com a compreensão crítica dos problemas

ambientais presentes nos territórios indígenas. Nessa proposta é preciso superar as dicotomias entre teoria e ação e alcançar de forma interligada os campos político, epistemológico e metodológico.

O campo político se manifesta em um novo projeto civilizatório assentado na ética, na solidariedade e na compreensão de uma sustentabilidade que considera a interação entre os povos e a natureza, manifestada em formas e estratégias políticas de lutas políticas pelos seus territórios, suas culturas e seus ecossistemas. O epistemológico diz respeito à transgressão radical da ciência reducionista que domina o mundo moderno que proclama verdades absolutas inquestionáveis, negando o saber tradicional. O metodológico apresenta a articulação entre o local e os processos atuais globais que afetam a dinâmica dos lugares e surge como metodologia para ultrapassar as visões localistas, apartadas da rede de relações dos sujeitos socioambientais (CUNHA, 2007).

Os índios Terena, com os quais mantemos relações de pesquisa, mostram credibilidade numa educação emancipatória e transformadora que os fortaleceria nas ações de reversão dos problemas que interferem nas suas condições de vida, em seus territórios.

Compreendemos que nessa educação, a percepção do ambiente e da natureza dos indígenas pode ser um instrumento revelador de sentidos e de identificação de antigas e novas leituras de ambiente que promovam o desvelamento das contradições inerentes aos problemas de exigüidade e degradação dos territórios indígenas Terena. Dessa proposta novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos em relação ao mundo podem surgir.

Referências

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade, espaço e tempo. In: HERCULANO, S. C. **Meio ambiente: questões conceituais**. Niterói – RJ: Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFF: Ricor, 2000.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

AZANHA, G. **Resumo do relatório circunstanciado de revisão de limites da Terra Indígena de Buriti**. 2001a. In: PROCESSO 0465/93. 12p.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, Departamento de Desenvolvimento Sustentável. **Estratégias Setoriais, Meio Ambiente** (Perfil). Disponível em http://europa.eu.int/environment/gouvernance/03012728_programe_en.pdf Acesso em 11/05/2007.

CUNHA, L. H. de O. **Diálogo de saberes na pedagogia ambiental** – transpondo dicotomias. Anais do V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental, Joinville-Brasil, 2006; Boletín de Formación Ambiental en América Latina y Caribe. México: PNUMA, 2007.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **Debates**. Año VI, N. 16, enero-abril 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>

FERREIRA, L. C.. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In: SORRENTINO, M. (et al). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFF, E. **Complejidad, Racionalidad Ambiental y Diálogo de Saberes: hacia una pedagogía ambiental**. In: Anais do V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental. Joinville, Brasil, 4-8 de abril de 2006.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, E; ARGUETA, A., BOEGE, E. Y PORTO-GONÇALVES. C. W. Más allá del desarrollo sostenible. La construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina. In: LEFF, E. (Coord.). **La transición hacia el desarrollo sustentable**. Perspectivas de América Latina y el Caribe. México: INE/UAM/ONU/PNUMA, 2002, p. 470-578.

MUÑOZ, M. G. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFF, E. (org.) **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003 (p. 282-322).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHERRE-WARREN, I. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, M. (et al). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001.

VARGAS, I. A.; VARGAS, V. L. F; WIZIACK, S. R. de C. **Território, Territorialidades e Sustentabilidade Ambiental entre os Terena**. In: Anais do IV SEET – Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II SNMT – Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, PR, 27 a 30 de maio de 2009.